

Comerciário se mobiliza contra ameaça aos direitos trabalhistas

Os cerca de 700 delegados sindicais reunidos no 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores no Comércio, realizado de 20 a 22 de maio no Centro de Convenções de Brasília, aprovaram proposta de mobilização nacional em defesa dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição. Na opinião unânime tanto dos congressistas quanto dos conferencistas do encontro há um movimento em marcha pelo País, tendo como alvo o Congresso Nacional, visando tornar a revisão constitucional, prevista para começar em outubro próximo, numa verdadeira reforma do texto, para retirar dele sobretudo os artigos que tratam dos direitos sociais dos trabalhadores. Os comerciários rejeitam qualquer tipo de revisão ou



reforma e vão se mobilizar para que o Congresso Nacional, em vez disso, regulamente os cerca de 100 artigos da Constituição ainda sem esse complemento legal. A campanha nacional está entre os 34 pontos do plano de lutas dos comerciários aprovado no último dia do 2º Congresso. Durante os três dias do encontro, houve palestras sobre temas de interesse da categoria, proferidas por autoridades da área trabalhista. Outro destaque foi a atuação dos 12 grupos de trabalho. O 2º Congresso foi realizado por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), que representa mais de 13 milhões de profissionais, através de 28 federações e mais de mil sindicatos.



Presidente da CNTC diz que há dificuldades

O desemprego no setor do comércio já atinge cerca de três milhões de trabalhadores. O quadro atual é de dificuldades para a categoria, conforme explica o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Antônio Alves de Almeida. Em entrevista, ele aponta as principais causas e fala sobre as perspectivas para o setor.

PÁGINAS 4 e 5



Sussekund vê o caos no atual quadro sindical

O ministro Arnaldo Lopes Sussekund, do TST, faz uma análise da atual estrutura sindical do País e conclui que a situação é de "caos". O ministro assinala que está havendo uma pluralidade de fato no sindicalismo, sem controle do Ministério do Trabalho, e que isso fere a Constituição. A Carta estabelece a unicidade sindical.

PÁGINA 7



Ministro prevê conflitos com novo contrato

A proposta do contrato coletivo de trabalho, na forma em que foi divulgada pelo Governo, pode gerar sérios conflitos entre entidades sindicais de trabalhadores. A advertência é do ministro Luiz José Guimarães Falcão do TST, em palestra no 2º Congresso dos comerciários. Ele conclama a categoria a mobilizar-se contra a aprovação de tal instrumento.

PÁGINA 6



Paim: direitos do trabalhador estão ameaçados

O deputado Paulo Paim (PT-RS), um dos conferencistas do 2º Congresso, diz que o encontro dos comerciários foi realizado num momento muito importante. Isso porque os trabalhadores precisam estar mobilizados contra as ameaças aos seus direitos assegurados na Constituição. Há pressões, segundo o deputado, pela retirada desses direitos na revisão da Carta.

PÁGINA 6